



As eleições de 1926: uma sucessão de cartas marcadas

Robson Mendonça Pereira (UEGO)



O tumultuado governo Bernardes: dissidência, tenentismo e repressão

Em sua última mensagem presidencial dirigida à Câmara dos Deputados no início de novembro de 1926, Artur Bernardes prestava contas dos atos praticados durante a vigência do estado de sítio no país, que vinha sendo prorrogado ininterruptamente desde meados de julho de 1924. O decreto que atingiu inicialmente o Distrito Federal e os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo foi, ao longo do tempo, estendido para todo o país.

A suspensão das garantias constitucionais e a concentração de poder na chefia do Executivo Federal permitiu a Bernardes promover duras medidas repressivas, como a censura à imprensa, ameaça de suspensão das liberdades civis, detenção de inimigos políticos, julgamentos sumários de tenentes e civis envolvidos em revoltas, desterro de prisioneiros em locais remotos do território nacional e proibição de associações políticas.



Os Três Reis Mag...Anos. *O Malho* de 6.1.1923, Rio de Janeiro, ano 22, ed. 1.060, p. 1.

Charge que faz alusão aos problemas da administração de Artur Bernardes. A menção aos presentes de “grego” representados nas figuras dos reis magos: o primeiro é o estado de sítio trazendo consigo a lei de imprensa; o segundo rei Político trazendo os casos dos Estados do Rio Grande (do Sul) e do Rio de Janeiro; e o último o rei Financeiro com mais impostos e o Banco Emissor. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

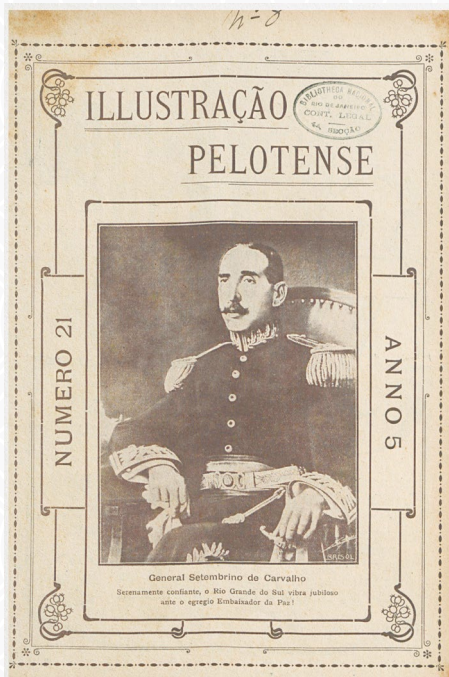
Esse conjunto grave de dispositivos de caráter autoritário revela o quanto a administração de Bernardes foi marcada pela instabilidade e pela dificuldade na construção de um consenso. Mesmo a sua posse, em novembro de 1922, fora marcada pelos efeitos da revolta militar no Forte de Copacabana, que estourou no dia 5 de julho, levando o então presidente Epitácio Pessoa a decretar estado de sítio e a censurar imprensa, o que perdurou até 31 de dezembro. Em 1923, o novo mandatário empossado enfrentou uma grave guerra civil no Rio Grande do Sul; em 1924, uma revolução tenentista que estourou em São Paulo, levando ao bombardeamento da capital; em 1925, militares opositores com o objetivo de derrubar o governo organizaram uma marcha que atravessou o interior do país e que só terminou em outro governo, em 1927.



Fotografia publicada na *Fon-Fon* de 22.12.1923, p. 63, retratando os chefes revolucionários e Assis Brasil (último à direita) buscando solucionar o conflito no Rio Grande do Sul. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



Como se viu, nem todo aparato repressivo foi capaz de dissuadir os novos atores sociais que exigiam reformas e protagonismo na arena política. Os setores médios urbanos e do oficialato do Exército continuaram a se manifestar, gerando um clima de conspiração e de exaltação na caserna e nas capitais por todo o país.



Retrato do General Setembrino, responsável pelas negociações entre os que apoiavam Borges e os da Aliança Libertadora, as quais culminaram no Acordo de Paz de Pedras Altas, assinado em 14.12.1923.

Ilustração Pelotense, ano 5, nº 21, p. 1.
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

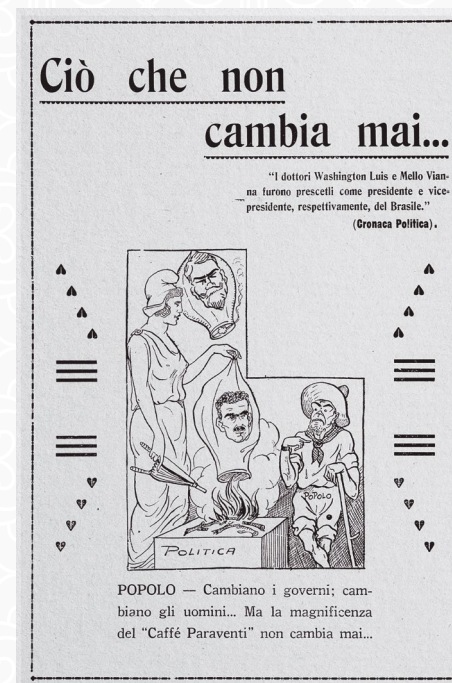
Bernardes assumiu o cargo com plenos poderes que outorgava o estado de exceção e, assim, tratou os membros da Reação Republicana como inimigos figadais, dificultando alianças e constituição de consensos. Procedeu à intervenção federal no Rio de Janeiro, convocando novas eleições – das quais saiu vitorioso o candidato do governo, derrotando seu desafeto de primeira hora, Nilo Peçanha. No pleito presidencial gaúcho de 1923, apoiou a candidatura de Assis Brasil contra a do eterno Presidente de Estado Borges de Medeiros, a qual não foi aceita pela oposição, levando a um conflito sangrento que se arrastou ao longo daquele ano. No acordo final, Borges conseguiu permanecer no poder desde que fosse suspensa a garantia constitucional de sua reeleição. Bernardes obteve com isso o apoio gaúcho, que foi vital para combater e derrotar os tenentes rebeldes durante a Revolução Paulista de 1924, os quais fugiram da capital em direção ao Estado do Paraná.

Ao final de seu mandato à frente do Catete, Bernardes conseguiu a adesão das oligarquias oposicionistas, que abandonaram suas alianças para apoiar o governo diante de um perigo ainda maior, representado pela possibilidade de rebeldia militar, representada pela marcha da Coluna Prestes, que poderia comprometer a ordem em seus domínios oligárquicos.

Uma candidatura “sem competidores”

A tumultuada gestão de Bernardes acabou levando a discussão da questão sucessória praticamente para o último ano de governo. Durante a revisão constitucional iniciada em 1925, o governo tentou conduzir os debates no Congresso Nacional para que se aprovassem medidas com o objetivo de concentrar mais poderes no Executivo federal. Com isso, o novo texto constitucional foi promulgado somente no ano seguinte, atrasando o início das tratativas da sucessão presidencial. Muitos dos temas colocados em debate na revisão encerravam polêmicas: introdução do veto parcial aos atos do legislativo; questão da limitação do uso do instituto do *habeas corpus*; limitação ao princípio de igualdade de estrangeiros a brasileiros; proibição de que governadores de estados pudessem se reeleger; ampliação das condições para se decretar estado de sítio e das situações que permitiam intervenção federal nos estados.

No início dos acordos para sua sucessão, Artur Bernardes chega a levantar o nome do ex-Senador paulista Álvaro de Carvalho, mas a indicação é rejeitada pela cúpula do Partido Republicano Paulista (PRP). Ainda era muito recente a lembrança de seu envolvimento com a Coligação Republicana, dissidência surgida no PRP em 1924 e apoiada por lideranças da lavoura cafeeira unidas pelo ressentimento e pela oposição em relação ao governo de Washington Luís, que era acusado de agir de maneira prepotente e pessoal na direção do partido e dos negócios estaduais.



Reprodução do jornal italiano *Il Moscone*. O título da charge é “O que não muda nunca”.

A notícia veiculada como crônica política informa que “os doutores Washington Luis e Mello Vianna foram escolhidos como presidente e vice-presidente do Brasil, respectivamente. Abaixo da charge, a voz do povo que assim se manifesta: “Mudam os governos; mudam os homens ... Mas a magnificência do café Paraventi não muda nunca...”.

Il Moscone de 1925, ano 1, nº 32, p. 5. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



Conhecido como Paulista de Macaé, Washington Luís nasceu naquele município fluminense em 1869 e estudou no Colégio Pedro II, na Corte. Finalizou o curso de Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo, no alvorecer da República. Em 1893, iniciou sua vida profissional em Batatais, município cafeeiro paulista. Foi eleito vereador em 1897, presidiu a Câmara e ocupou o cargo de intendente municipal (1898-1900). Sua trajetória política foi impulsionada pela aproximação com o influente chefe político, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, o coronel “Quinzinho” de Ribeirão Preto, que o integrou às hostes do PRP. Foi eleito deputado estadual para o triênio 1904-1906, mas não chegou a terminar o mandato, pois foi escolhido para ocupar o cargo de secretário de Justiça e Segurança Pública no governo de Jorge Tibiriçá. Foi reconduzido no governo seguinte, de Albuquerque Lins (1908-1912). Em 1914, foi nomeado prefeito de São Paulo e eleito para um novo mandato, que se estendeu até 1919.

Washington Luís Pereira de Sousa

Washington Luís Pereira de Sousa nasceu em Macaé (RJ) no dia 26 de outubro de 1869, filho do tenente-coronel Joaquim Luís Pereira de Sousa e de Florinda Sá Pinto Pereira de Sousa. Bacharelou-se em Direito em 1891 e atuou como advogado até 1897, quando foi eleito vereador à Câmara Municipal de Batatais. Em 1904, foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Entre 1906 e 1912, foi secretário da Justiça em São Paulo. Em 1913, foi escolhido como prefeito da capital e, em 1920, foi eleito governador do estado. Em 1925, foi eleito senador e, logo depois, presidente da República. Exilado após a Revolução de 1930, viveu na França até 1947. Retornando ao Brasil, se manteve afastado da vida política. Faleceu em São Paulo no dia 4 de agosto de 1957. Fonte: CPDOC/FGV, verbete Washington Luís.



Imagem: acervo da Biblioteca da Presidência da República.

Àquela altura Washington estabelecera amplo contato com a rede da elite paulista, contando com a admiração de alguns dos membros da poderosa Comissão Executiva do PRP. Era considerado competente no gerenciamento administrativo, eficiente no manejo do aparelho burocrático e reconhecido por sua fidelidade partidária.

Apesar disso, certamente Washington ambicionava alcançar posição mais destacada e, de fato, a conseguiu por meio da forte amizade que mantinha com o Presidente de Estado Altino Arantes desde os tempos de Batatais. Ambos começavam suas carreiras de forma paralela e despontaram como jovens promessas do PRP, um desafio para um partido cuja elite envelhecia e tinha dificuldade de transferir o poder às gerações mais novas.



A chegada do novo presidente ao Palácio do Governo, após a posse no Congresso do Estado.

Fotografia retratando a chegada do novo presidente ao Palácio do Governo, após a posse no Congresso do Estado. *A vida moderna* de 6.5.1920, p. 20. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



Para sua sucessão Altino Arantes indicou oficialmente o prefeito da capital, e a despeito da oposição ao nome de Washington, impôs sua vontade, beneficiando-se da garantia de segurança proporcionada pela experiência administrativa do candidato e pelo apoio das chefias dos diretórios regionais do partido. Em novembro de 1920, logo após sua posse como presidente de Estado, Washington Luís começou a constituir seu próprio grupo de apoio, formando um secretariado totalmente independente de indicações partidárias. Essa atitude provocou reações indignadas por parte de Altino Arantes e dos herdeiros do falecido conselheiro Rodrigues Alves. Washington não se deteve, costurou aliança com Minas para eleger Artur Bernardes, e obteve em troca a garantia de que o governo federal manteria o subsídio para implementar uma terceira valorização do café.

Foi justamente Carlos de Campos quem resolveu lançar e liderar uma campanha em prol da candidatura de Washington à Presidência da República na sucessão de Bernardes no início de 1925. Em princípio, não houve muita dificuldade para promovê-la. Seu empenho nos bastidores internos da cúpula do partido surtiu o efeito desejado. Rodolfo Miranda, poderoso chefe político e negociador experiente enviou um telegrama a Washington quando este se encontrava em Paris, em fevereiro de 1925, no qual confirmava que o PRP sustentaria sua candidatura.

Faltava costurar o apoio de Minas e do próprio Catete à indicação. Com o avanço da campanha, Bernardes envia o Deputado mineiro Antônio Carlos a São Paulo como seu emissário especial a fim de confirmar a adesão de Minas à candidatura de Washington em “acordo preliminar e secreto”. Para evitar a formação de dissidência ou de candidatura avulsa, Washington sugeria como estratégia que se divulgasse pela imprensa a harmonia entre São Paulo e Minas no que dizia respeito à sucessão presidencial, uma prévia para a posterior apresentação da candidatura ser feita por vários estados.

A escolha de Washington Luís acabou ocorrendo como a de Bernardes, sem consulta prévia às lideranças e aos novos atores sociais. A diferença em relação ao período anterior foi a desmobilização política provocada por seguidos atos de repressão, e o fortalecimento do Executivo federal em detrimento da autonomia

das oligarquias criara as condições favoráveis para a posse do eleito sem maiores rupturas. Bernardes chega até mesmo a garantir a Washington que, da forma como estava sendo encaminhada, sua candidatura não sofreria competição. Já tinha até escolhido um vice para figurar na chapa, o baiano Miguel Calmon.

Essa combinação, que começara a se esboçar pouco mais de um ano antes do pleito eleitoral, se desenvolveu lentamente, dando a impressão que Bernardes ainda não havia escolhido seu sucessor, quando vinha agindo de forma dissimulada, articulando o apoio necessário para que a chapa se viabilizasse.

[...] não emergiram de nenhuma combinação arbitrária do momento. Pelo contrário: a sua escolha está por bem dizer na consciência pública e virtual ou expressamente manifestada pelo voto das municipalidades, que nos fizeram seus mandatários.



Sem competidores. *O Malho* de 27.2.1926, Rio de Janeiro, ano 25, ed. 1.224, p. 1. Autor: J. Carlos (José Carlos de Brito e Cunha – 1884/1950). Charge alusiva à forjada candidatura “sem competidores”, no qual a urna eleitoral, que simboliza a eleição presidencial, reflete em seu interior apenas uma imagem: Washington Luís, o sucessor oficial. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Entretanto, quando seu emissário Antônio Carlos voltou para Minas para fechar o acordo feito com Carlos de Campos, defrontou-se com a situação criada por Fernando de Melo Viana, Governador de Minas, indicado por Bernardes, que, em entrevista concedida ao *Correio da Manhã*, criticava abertamente o hábito de o Catete indicar o candidato à sucessão sob a tutela de Minas e São Paulo sem consulta aos demais membros federados. Melo Viana se iludiu com a possibilidade de que poderia ser indicado para sucessão, pretensão que criou sérios dissabores a Bernardes ante a possibilidade de rachar a unidade do Partido Republicano Mineiro (PRM) e expor perigosamente a candidatura de Washington Luís, a qual ainda não havia sido oficializada.

A fórmula usada por Bernardes para resolver a questão foi oferecer a Melo Viana o lugar de vice-presidente na chapa, oportunidade que foi de pronto aceita, por perceber que não valeria a pena se indispor com o oficialismo federal. Vencido esse último obstáculo, realizou-se a Convenção Nacional na capital federal, em 12 de setembro de 1925, para o lançamento oficial da chapa Washington Luís e Melo Viana. Esse evento meramente decorativo mascarou os arranjos políticos. O *Boletim de Informação* da convenção chancelava a candidatura:



O Malho de 9.1.1926, Rio de Janeiro, ano 25, ed. 1.217, p. 1. Imagem de capa com Washington Luís segurando um ovo onde se encontra escrito “oposição”; na parte de baixo, o comentário de Washington: “Nós vamos fazer um successo! Nos intervallos, entra você e tira umas cambalhotas, para aquelles que gostam de circo”.
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Para contrapor “nomes dignos aos medíocres da comédia nacional” (*O Estado de S. Paulo*, 13.10.1925), a oposição funda o Partido da Mocidade, que tinha como mote a ideia do voto secreto, e, em manifesto, denuncia o aviltamento da democracia, o arbítrio do Poder Único Executivo, a usurpação dos direitos individuais, a subserviência do Legislativo, as oligarquias nefastas e a suspensão da liberdade de opinião. Lança uma chapa formada por Assis Brasil (presidente) e Alexandre José Barbosa Lima (vice-presidente), que inocentemente pretendia concorrer contra a chapa oficial.

Apesar de sua existência efêmera, o programa desse partido seria incorporado mais tarde pelo Partido Democrático, agremiação fundada em fevereiro do ano seguinte, na residência do Conselheiro Antônio Prado, na capital paulista. Esse partido se destacaria por sua forte coesão interna, conseguiria fazer frente ao situacionismo, elegendo representantes nos estados e no Congresso Nacional, antecipando o movimento que desembocaria na Aliança Liberal nas eleições presidenciais de 1930.



O Pleito de 1º de março de 1926

Em banquete realizado no Automóvel Clube do Brasil, no dia 28 de dezembro de 1925, o candidato à Presidência da República procede a leitura de sua plataforma de governo. Os pontos de seu programa eram de alguma maneira conhecidos, pois os revelara em entrevista concedida pouco antes à Agência Americana: apaziguamento; anistia; economia e finanças; câmbio; circulação e moeda; revisão constitucional.



Fon-Fon de 2.1.1926, ed. 1, p. 43.
Banquete tradicional de lançamento das candidaturas oficiais dos candidatos Washington Luís e Mello Vianna, onde o primeiro leu sua plataforma para o quadriênio 1926 a 1930. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

O candidato Washington procurou expor suas opiniões de maneira bastante cuidadosa, evitando se comprometer em demasia com assuntos que diziam respeito à administração que findava. De um lado, se esquivava de comprometer-se com assuntos espinhosos, como o da anistia aos militares envolvidos em rebeliões, e, por outro lado, tentava demonstrar que os acordos firmados para sua candidatura não significavam total continuidade com a política financeira adotada por Bernardes.

Ao anunciar o tema do “apaziguamento” da nação, esclarece que este seria obtido por meio do fortalecimento do Poder Executivo, encarregado de manter a ordem. Nesse comentário, Washington reconhece o problema da rebeldia no meio militar, mas se adianta que o procedimento a ser adotado para resolvê-la não passava pela incorporação das reivindicações do setor. Chega mesmo a desqualificar os militares envolvidos na Coluna Prestes, considerando-os um “milhar de desvairados, revoltosos sem ideais, que, de depredação em depredação, de incêndios a roubos, sem encontrar apoio em parte alguma, antes repelidos por todas as partes, vagam sinistramente pelo interior do país.” (DEBES, 2002, p. 58).



A entrevista Washington. *O Malho* de 10.10.1925, Rio de Janeiro, ano 24, ed. 1.204, p. 1. Autor: J. Carlos (José Carlos de Brito e Cunha – 1884/1950). Depois da entrevista para Agência Americana, persiste a dúvida em relação à possibilidade de Washington vir a conceder anistia se fosse eleito presidente. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

O que Washington desconsiderava era o fato de que a marcha, iniciada ainda em abril de 1925, reunindo 3.500 revoltosos paulistas e contingentes do Exército gaúcho liderados por Luís Carlos Prestes, vinha percorrendo o interior do país (7 estados e 25 mil quilômetros) resistindo e dando o que fazer às tropas federais, às milícias estaduais, aos bandos de provisórios particulares, à jagunçaria e aos capitães vindo do cangaço, expondo, assim, as deficiências do governo. Subestimou o peso e o significado político do movimento tenentista, visto que muitos de seus membros mais destacados se envolveriam na conspiração para derrubada de seu governo, em outubro de 1930.

A questão se desdobrava no tema espinhoso da anistia, devido ao considerável número de presos políticos durante a vigência do estado de exceção na gestão Bernardes, justamente quando se discutia a limitação do instituto do *habeas corpus*. Washington se restringiu a afirmar que, como se tratava de garantia constitucional, teria de ser aprovada pelo Congresso.



O Malho de 4.7.1927, p. 32. Fotografia retratando alguns oficiais da Coluna Prestes, na Bahia. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



No âmbito econômico e financeiro, Washington destacava o progresso e o crescimento do país, sem mencionar o descompasso que havia entre o pujante surto urbano-industrial paulista e o restante da nação. Não tocava no ponto de divergência entre os aliados, uma vez que o governo de Bernardes começara a questionar os custos provocados pela manutenção da política de valorização do café, que restringia a entrada de capital externo e gerava défices cambiais cada vez maiores. Em 1924, Bernardes chegou quase ao ponto de romper o acordo firmado com Washington, ao substituir os paulistas no controle da economia nacional. Em seguida, afastou o governo federal da condução do mercado cafeeiro e transferiu para os estados produtores a responsabilidade pela tomada de empréstimos externos necessários para promover a idealizada política de defesa permanente do produto.

Essa mudança provocou descontentamento entre os cafeicultores paulistas, que passaram a criticar as medidas tomadas por Washington Luís e pelo sucessor Carlos de Campos (1924-1927). Reclamavam da recusa do governo em manter a subvenção à imigração e pelas consequências das medidas atinentes ao Instituto Paulista de

Defesa Permanente do Café, que entendiam ser danosas para o setor. Percebiam que o empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas, feito com banqueiros londrinos, para dar início à operação em 1926, acabou favorecendo os importadores e especuladores, que manipulavam os estoques para obter enormes lucros, prejudicando os produtores. Havia enormes divisões internas no mundo do café e entre os estados cafeeiros.

Incorporando essas questões à sua maneira na plataforma, Washington anuncia a necessidade de saneamento do câmbio para conter a depreciação da moeda, provocada pela emissão sem lastro, que gerava inflação e rebaixamento do custo de vida. A solução aventada foi a adoção do padrão-ouro por meio da criação de um banco emissor exclusivo, implementado ainda em dezembro de 1926 por meio da criação da Caixa de Estabilização, que fixou o valor da libra em 40 mil réis, o que serviu como estímulo às atividades cafeeiras, compensando, pela depreciação cambial, a pequena queda nas cotações externas do produto. Apesar disso, os dilemas do setor eram muito mais complexos e estavam longe de ser resolvidos.

Enquanto isso, *O Estado de S. Paulo* noticiou em destaque, na edição do dia 2 de março de 1926, a realização do pleito

[illegible]

O Paiz de 11.6.1926, Rio de Janeiro, ano 42, nº 15.209, p. 1, anuncia em destaque o reconhecimento oficial pelo Congresso de Washington Luís como presidente da República.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



eleitoral para presidente da República com as duas chapas: a governista e a do Partido da Mocidade. O processo de verificação final das eleições ocorreu somente em 8 de junho. Na apuração, Washington Luís obteve 688.528 votos; e Melo Viana, 685.754, sendo eleitos respectivamente presidente e vice-presidente da República. Por seu turno, os candidatos da oposição, Assis Brasil e Barbosa Lima, auferiram somente 1.116 e 1.112 votos respectivamente.

O resultado do pleito confirmou de maneira veemente a força da aliança Minas-São Paulo, sem qualquer manifestação de peso da oposição ou dos estados aliados do processo sucessório. O Catete concentrara os poderes de maneira autoritária, reprimindo e censurando duramente os setores urbano e militar.

Em 10 de junho, o líder da minoria na Câmara Federal, Plínio Casado, manifesta o voto da oposição a favor do reconhecimento do pleito, que vem acompanhado da percepção crítica de que o novo presidente eleito representava a continuidade do governo Bernardes: “Outrossim, fazem timbre em declarar, com firmeza, de modo explícito e frisante, que esse voto nada põe nem tira à resolução inquebrantável de continuar o combate, sem tréguas, à nefasta política dominante, quaisquer que sejam os depositários do poder” (DEBES, 2002, p. 89).

Na charge intitulada “A hora do crepúsculo”, estampada na capa da revista *O Malho*, a ironia em relação à volta para São Paulo no final do mandato do então presidente Washington se explica pelo lema pelo qual Washington era conhecido desde o governo de São Paulo: “governar é construir estradas”.



A Hora do Crepúsculo. *O Malho* de 6.2.1926, ano 25, nº 1.221, capa. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Formação do novo governo: continuidade à ruptura da aliança

Na montagem de seu ministério, Washington Luís utilizou de procedimentos comuns ao de seu antecessor: escolher nomes de liderança que não ameaçassem seu exercício autoritário de poder individual. Para a pasta do Interior e Justiça, Viana do Castelo, Secretário da Agricultura de Minas; para a da Agricultura, o Deputado Germiniano Lira e Castro, líder da bancada paraense; para a da Viação e Obras Públicas, o Deputado Vitor Konder, de Santa Catarina; para a Marinha, reconduziu o Almirante Arnaldo Pinto da Luz; para a da Guerra, o General Nestor Sezefredo de Passos; para a do Exterior, Otávio Mangabeira, líder da bancada baiana; e para a da Fazenda, Getúlio Vargas.

A indicação de Vargas destoava das demais, porque era a única liderança gaúcha incontestável com forte potencial para se projetar em nível nacional. As razões de Washington talvez se prendessem à estratégia bernardista enviesada de anular Borges e Medeiros. Depois de implantar a reforma monetária e cambial proposta pelo governo, Vargas saiu do ministério para candidatar-se à Presidência do Rio Grande do Sul. Apresentando-se como conciliador, obteve apoio do PRR e do Partido Libertador, sendo eleito em dezembro de 1927. O fim do borgismo não significou, entretanto, adesão irrestrita ao governo federal. Vargas passou a apoiar itens da pauta do movimento de oposição, mas procurava manter bom relacionamento com Washington em troca de verbas federais.



Mudança de Governo. O Imparcial de 16.11.1926, Rio de Janeiro, ano 15, nº 5.728, p. 1. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



No início de seu governo, Washington foi suspendendo parcialmente o estado de exceção e, com a gradativa diminuição do clima de instabilidade, libertou presos políticos. Houve até comemoração popular. Washington, porém, mantinha-se resistente em conceder anistia aos militares rebeldes, por sofrer pressões de lideranças do Exército e ao mesmo tempo temer os movimentos conspiradores de membros da Coluna Prestes, que se exilaram na Bolívia.

Em agosto de 1927, é aprovada a Lei Celerada (um conjunto de fortes medidas repressivas), restabelecida a censura à imprensa, colocado na clandestinidade o Partido Comunista, proibido aos tenentes elegerem seus líderes e limitado o direito de manifestação, atingindo o movimento operário, que vinha se fortalecendo.

Esse impulso autoritário fortalece a tese de que o governo Washington seria uma mera continuidade do anterior, embora a aliança de Minas com São Paulo começasse a desmoronar. A renovação nos quadros políticos mineiros, representada na eleição de Antônio Carlos para a Presidência do Estado, coloca no centro de debate a crítica ao controle exercido sobre o governo federal pelos cafeicultores paulistas, rompendo o equilíbrio que Bernardes havia criado durante sua gestão. Recoloca-se no seu lugar uma política econômica insustentável que privilegiava o setor cafeeiro em detrimento do restante da economia nacional. O descontentamento de Minas acabaria promovendo a aproximação do Rio Grande do Sul, liderado pelo ambicioso Getúlio Vargas, pacto que levaria a uma sucessão ainda mais tumultuada que a de Artur Bernardes, e com desdobramentos imprevisíveis.

Sugestões de leitura

DEBES, Célio. *Washington Luís: segunda parte 1925-1930*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Academia Paulista de Letras, 2002.

CARONE, Edgard. *A República Velha*. São Paulo: Difel, 1977.

CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)*. Tradução de Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

NETO, Lira. *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PEREIRA, Robson Mendonça. *Washington Luís na Administração de São Paulo (1914-1919)*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

